

081ª SESSÃO ORDINÁRIA – 31AGO2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Guilherme Stringari.

O Sr. Rodrigo Maroni (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de Mary Mezzari, querida radialista, que de forma breve partiu.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Sérgio Raul Gressler, Presidente da Associação Alexandrina, que faleceu ontem à noite.

Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, Vereadores, Vereadoras há pouco eu solicitei um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Guilherme Stringari, um senhor de 99 anos, exemplo de cidadão, professor há muitos anos, católico – eu o assistia em sua residência como ministro da eucaristia. Porto Alegre tem a agradecer a essa vida de construção, dedicada à educação. Que Deus acolha o Sr. Guilherme Stringari em seu seio.

Ontem, Ver. Guilherme Socias Villela, a paróquia São Vicente Mártir comemorou 50 anos de fundação. Eu tive a honra de lá comparecer e homenagear a paróquia em nome da Câmara de Vereadores, entregando uma placa comemorativa àquele evento.

A CEFOR já recebeu o projeto do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, um projeto, Ver. Nereu, extenso; todo o Plano de Mobilidade Urbana, com o anexo, realmente, acho que deve ter umas 500 páginas. Temos que nos debruçar sobre ele, ao menos para saber as ideias fundamentais, as diretrizes, as metas que estão lá. Então, na CEFOR, na próxima semana, dia 8, haverá um comparecimento da EPTC, que vai apresentar o Plano de Mobilidade, que vai valer por dez anos na Cidade. Fica aqui, Ver. João Bosco Vaz e Ver. Tarciso, o convite para a reunião da Comissão de Finanças, quando vamos ver e ouvir a explanação da EPTC sobre o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, extremamente importante para o futuro da nossa Cidade. Repito: todos estão convidados para comparecerem, dia 8, às 10h, na CEFOR.

Também ainda não está totalmente disponível, mas sabemos que o Prefeito entregou aqui a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que prevê as diretrizes para o nosso próximo Orçamento. A LDO é um projeto conservador, pois precisamos, neste momento, Ver. Villela, V. Exa. que é economista, que sabe planejar um orçamento, muita cautela e precaução, porque vemos as dificuldades do Governo Federal, vemos as imensas dificuldades do Governo Estadual e isso pode simplesmente respingar no Município. Se não forem efetuados os repasses adequadamente, nós iremos sofrer todas essas dificuldades no futuro. Então, a LDO prevê o equilíbrio financeiro e especialmente uma coisa pela qual precisamos lutar, que é pela aplicação responsável das verbas públicas. Hoje, temos que, realmente, Ver. Idenir Cecchim, eleger as prioridades. Não se pode fazer tudo, mas, ao menos, as prioridades devem ser perfeitamente atendidas.

Quero também agradecer aos Vereadores pela aprovação de um projeto que foi gestado há muito tempo, desde 1998 tramitava nesta Casa um projeto sobre os helipontos. Em 1998 não existiam leis que regrassem essa matéria no País, e nós fizemos o projeto. No entanto, quando fomos votá-lo, estava superado; então, tivemos que fazer novamente estudos atualizados, em contato com todas as entidades vinculadas ao assunto de helipontos, que são muitas, e também há muitos detalhes técnicos. Então, aprovamos essa lei no sentido mais macro. Agora, o Sr. Prefeito irá detalhar por decreto as normas mais técnicas, pois realmente não temos essas condições aqui. Agradeço a aprovação.

Também está em gestação final o envio para esta Casa do plano, finalmente, de atualização do mobiliário urbano da nossa Cidade, que são as placas de rua, as paradas de ônibus, os relógios, os totens e uma coisa que eu não sei bem o que é, o tal de MUPIs, pois é uma linguagem mais técnica. Então, tudo isso virá para esta Casa para a nossa aprovação. São detalhes importantes que irão também melhorar a imagem da nossa Cidade, que, realmente, está com muitas dificuldades.

Quero aqui cumprimentar a Ver.^a Mônica pela aprovação do seu projeto sobre as pichações, pois, realmente, vandalizam a nossa Cidade e dá uma má imagem sobre a Capital de todos os gaúchos.

Eu tenho mais um assunto importante: nós estamos com dificuldades imensas no Governo do Estado. Novamente o salário vai ser postergado, vai ser parcelado e essa é uma dificuldade muito grande para inúmeras pessoas e inúmeras famílias. No entanto, a nossa reação, a reação da sociedade não tem sido condizente com a crise, com a dificuldade que está ocorrendo. Vejamos, se temos uma dificuldade de arrecadação, de excesso de despesas, o que ocorre? Muitos funcionários, muitos sindicatos apelam para o quê? Para a greve. Para a greve que não vai dar em nada, só vai trazer prejuízo para os próprios funcionários e elevar o prejuízo para o Estado. Acho que nós temos que ter muito cuidado, muita cautela. Ora, eu tenho aqui um exemplo: os rodoviários fizeram greve, deixaram, só em Porto Alegre, praticamente 1 milhão de pessoas de pessoas sem transporte, sem ir ao trabalho para exercer suas funções, deixando de fazer um trabalho produtivo. E aí o que está acontecendo? Está prejudicando milhares e milhares de pessoas; pessoas que tinham consultas médicas, ambulâncias que precisavam trazer pessoas doentes para consultas ou cirurgias também foram impedidas ou atrasaram os seus horários. Eu acho que está na hora de darmos uma parada e pensar o que realmente precisamos fazer para superar essas dificuldades, mas não para aumentá-las! Essas greves que estão sendo feitas, Ver. Mauro Pinheiro, estão atrapalhando, sem dúvida, a Cidade, aumentando a dificuldade do nosso Governo e prolongando a crise. Então, acho que temos que ter muita responsabilidade com as nossas decisões, às vezes, até políticas de um ou outro setor querendo tirar vantagem política em prejuízo de toda a população.

Amanhã entramos na Semana da Pátria. É outra dificuldade que temos: onde está o civismo, a educação para a defesa dos nossos valores, dos nossos princípios, da nossa

democracia, da nossa Pátria? Peço que façamos uma reflexão neste mês para estimular o nosso civismo. Que as nossas escolas voltem a orientar os alunos para o bem da Pátria, para o serviço da Pátria e não para o desserviço da Pátria.

Também, neste mês de setembro, é o mês da Bíblia, Ver.^a Lourdes. Então, na Bíblia, há uma orientação para conseguirmos ter um fortalecimento na nossa fé e uma retomada dos valores do cristianismo, da fé, do bem. A nossa responsabilidade, nesta Casa, é de lutarmos sempre pelo bem. Às vezes, nós pensamos no nosso futuro, pensando já na próxima eleição, que está próxima, mas nós temos que colocar, primeiro, o bem da sociedade, o bem do Município. E nós temos tantas coisas a fazer por esse bem.

Sr. Presidente, obrigado pelo tempo, e fica aqui o nosso apelo para refletirmos sobre tudo isso. E que a Semana da Pátria seja realmente produtiva e que ela traga uma reflexão sobre os valores patrióticos do nosso Brasil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero aproveitar este meu tempo, cedido pelo Ver. João Bosco Vaz, para apresentar uma pequena prestação de contas do que estamos fazendo principalmente em relação à causa animal. As maiores reclamações são enquadradas em maus-tratos, houve um ápice de 15 mil pendências, agora está sendo declinado, mas ainda necessita de uma maior avaliação, talvez pelas nossas campanhas de conscientização, no sentido de que maus-tratos é crime e que se enquadra em lei dos crimes ambientais, podendo gerar detenção de três meses a um ano, e ainda perder a primariedade, complicando a vida de quem pratica esse tipo de maus-tratos. Temos visto também, em regiões pontuais, não só no Interior como aqui na Capital, envenenamentos de animais de estimação, o que leva as pessoas a um grande sentimento de perda porque esses animaizinhos envenenados são os mascotes, as companhias dessas pessoas. Essa maldade, esse crime que é cometido varia de regiões, de classes sociais; e o que nós podemos fazer? Nós temos uma campanha que temos considerado de bons resultados: quando ocorrem esses fatos em que nos é demandado, fizemos a conscientização pontual para população, orientando

que façam a denúncia, fazendo um boletim de ocorrência com todas as provas possíveis, inclusive filmagens, pois há muitas câmeras pela Cidade, para enquadrar esse tipo de crime. No nosso trabalho, nesses dois anos e meio mais alguns meses de mandato, procuramos preencher as lacunas, legalizando o que há de carência na nossa legislação municipal e estadual. Também estamos trabalhando na regulamentação de leis que existem em nível estadual e que precisam da sua estruturação para ser encaminhada a regulamentação. E nós, com nossa experiência de longos anos aqui na Capital, somos também parceiros para melhorar essa situação e até contemplar o que nós buscamos para que, na causa animal, tenhamos uma melhor fiscalização através de legislações contempladas. Então, buscamos preencher as lacunas no caso de tantas reclamações que temos sobre fogos de artifício, os casos de animais que ficam alojados para doação, incentivar doação no canil municipal. Também criamos campanha de visualização para o fim dos abandonos, junto ao comércio local, e ainda fizemos um projeto das políticas públicas para os animais domésticos, que também há uma carência, e esse projeto está tramitando. E temos a discussão sobre a abertura de um projeto da esterilização e microchipagem obrigatória dos animais a partir de 4 meses de idade, porque entendemos que sem um cadastro municipal de animais, sem a microchipagem identificando o seu responsável ou tutor, sem a esterilização de acordo com que a Organização Mundial da Saúde determina não chegaremos a um controle populacional animal em nossa Cidade, ou em outras cidades, porque a procriação é muito rápida. Então, nós temos que pensar que estamos lidando com verbas públicas, e que não adianta fazer um pouquinho em cada ponto, nós temos que atingir um percentual que é determinado pela Organização Mundial da Saúde, e assim nós poderemos controlar para evitar um futuro nada contemplativo. Temos visto muitos abandonos, muita procriação, muita demanda aqui para o gabinete – todos sabem que os nossos gabinetes são pequenos para atender tanta demanda sobre essas situações.

Também apresentamos um projeto, por um voto não foi contemplado, que nos rótulos dos produtos de cosméticos e de limpeza devesse constar essa informação – de testes com animais – para que o contribuinte saiba o que está adquirindo. E que aqueles que defendem a causa animal ou que são apoiadores também possam fazer a sua opção e reconhecer as marcas que ainda testem em animais, o que já não é mais necessário.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
081ª Sessão Ordinária 31AGO2015

Em nossas demandas se inclui também o cadastro informatizado, que nós entendemos que não é algo que seja tão dispendioso, porque hoje nós temos até o cadastro internacional, que é gratuito e que também pode ser utilizado, mas precisa ter esse elo do Município com essas entidades internacionais.

Ainda fizemos alguns projetos indicativos para a regulamentação, que é o que nós estamos trabalhando, na proibição de cães de aluguel, convênio com a fiscalização das leis, através de convênios em todos os Municípios. Também fizemos Pedido de Informações a respeito da lei, tão necessária, que é a da implementação total das retiradas das carroças em Porto Alegre – está pendente ainda em uma fase, e nós desejamos que isso logo se resolva.

Também solicitamos à SMIC quais as empresas que tinham alvará para a locação de cães, o que não existe.

Indicamos algumas audiências na Casa, enquanto isso a nossa reunião da Frente Parlamentar continua sendo realizada mensalmente, e vamos realizar fora da Câmara devido às necessidades. O que se busca com essa Frente é reduzir, sim, as ocorrências, reduzir também os custos para o Município, porque um animal abandonado que seja atropelado ou que provoque algum dano, traz consequências e ficará alojado até quando não se sabe, gerando custos. E isso é algo que nos preocupa, porque mesmo que aprovemos emendas ao Orçamento para melhor atendimento, nós também não queremos com isso que não tenha a contrapartida do indivíduo, que deve cuidar do seu animal para evitar doenças. Sabemos que a causa animal é uma questão de saúde pública por tudo que já foi defendido e sabemos também que nós temos muitos órgãos em nível nacional que hoje modificaram a legislação. Desde dezembro, os recursos que devem ser encaminhados para as zoonoses ficaram no limbo.

A nossa atuação foi uma ida ao Ministério da Saúde para dizer que nós vamos abrir uma frente contra essa alteração, que não deixou nem com o Ministério da Saúde, nem com o Ministério da Agricultura, nem com o Ministério do Meio Ambiente a decisão de encaminhar recursos para o controle das doenças transmissíveis, as chamadas zoonoses.

Então, eu quero agradecer pelo tempo cedido pelo meu colega Ver. João Bosco Vaz. Era essa apresentação que nós queríamos fazer e dizer de um total de atuação que nós fizemos, fora os pedidos via telefone número 156: 9 projetos de lei complementar; 11

projetos da lei orgânica; resolução; 8 proposições de indicativo; 3 requerimentos de CPIs – assinamos; requerimentos de criação de frentes; outros requerimentos; 14 Pedidos de Informações ao Município; e 17 Pedidos de Providências. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim, na condição de Líder da Bancada do PMDB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Professor Garcia no período de 31 de agosto a 4 de setembro de 2015.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente; boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e todos os que nos assistem. Todos sabem que a minha bandeira, pela qual eu sempre lutei e vou lutar até o fim, é o esporte, a inclusão social da criança, através do esporte e a educação.

Quero parabenizar o Leanderson, filho do Jorge Leandro. Nós temos a honra de ter a escolinha, agora, já com cento e poucas crianças, num bairro de classe média baixa, dando essa grande oportunidade de o esporte estar presente nesse bairro. Seria uma maravilha se quase todos os jogadores de futebol parassem de jogar e colocassem uma escolinha beneficiando essas crianças. É um exemplo bonito! Então parabéns ao amigo Jorge Leandro, com quem joguei por muito tempo.

Quero, também, aqui, parabenizar o bicampeão da Libertadores, Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense – sabemos que é um título muito difícil! Quero saudar o nosso Deputado Federal Danlei, o goleiro da época; o nosso Deputado Estadual Jardel, o grande goleador; e o nosso capitão Dinho, que hoje é colega, aqui na Casa, como Vereador. Em nome deles, eu quero parabenizar todos os jogadores dessa época e o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, em nome do Sr. Presidente, Dr. Fábio Koff, com quem tive o prazer de ser campeão da América e do Mundo. Também parabenizo o Cacalo, na época, Diretor. Parabéns a essa massa azul, a essa massa maravilhosa, porque não é fácil. Todos nós sabemos que tem 200 querendo esse título, e só um chega lá. Cada vez é mais difícil ainda. E quero cumprimentar o Presidente Romildo, já que li hoje no jornal que ele está fazendo o impossível para que a Arena seja exclusivamente do Grêmio Foot-Ball Porto

Alegrense. Parabéns, Romildo, continues nessa luta que tu vais ter a ajuda de milhares de pessoas, que estarão lutando junto contigo, porque o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense é o mundo, não é só o Rio Grande do Sul. Esse nosso Grêmio merece uma Arena daquele tamanho, daquela envergadura.

Fico contente quando venho falar aqui do esporte saudável, do esporte bom, do esporte que agrega, do esporte que traz as crianças para dentro de um mundo de sonhos, assim como eu tive quando criança. Eu trabalhei muito tempo contigo, Ver. Bosco, no Chapéu do Sol, na Tristeza – que maravilha! Às vezes, a gente não percebe o tamanho do bem que está fazendo para aquele local, para aquele Estado ou para aquela cidade: é a inclusão da criança através da educação e do esporte. Só assim teremos um País digno, um País de primeiro mundo.

Parabéns, Leanderson, e espero que os outros jogadores te copiem, porque isso é muito bom para todos nós e para o Brasil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e todos os que hoje participam desta nossa Sessão na Câmara Municipal. Eu venho a esta tribuna como Líder do PCdoB no sentido de encaminhar um documento para assinatura dos meus Pares, aqueles que assim o desejarem, do Comitê Internacional de Paz, Justiça e Dignidade dos Povos. Inclusive, na semana passada, na Assembleia Legislativa, foi criada uma comissão de solidariedade a esse processo desse Comitê Internacional, basicamente no sentido do fim do bloqueio a Cuba, que se efetivem mesmo as relações internacionais que estão ocorrendo entre os governos de Cuba e dos Estado Unidos para o fim desse bloqueio. Como diz o Comitê Internacional, o fim do bloqueio é fazer paz, é fazer justiça e dignidade de todos os povos nas articulações políticas, econômicas, sociais, culturais entre aos povos do mundo.

Estamos colhendo assinaturas em todas as Casas Parlamentares do Brasil e do mundo para que seja entregue ao Congresso dos Estados Unidos, entre os dias 16 e 18 de setembro, uma carta que define os pontos para seguimento da luta e das articulações

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
081ª Sessão Ordinária 31AGO2015

políticas pelo fim do bloqueio a Cuba. Eu vou ler esta carta e depois vou entregar a todas as bancadas para colher as assinaturas dos Vereadores que assim o desejarem (Lê.):

“Aos membros do Congresso dos Estados Unidos: em 17 de dezembro de 2014, o Presidente Obama reconheceu que mais de 50 anos da política estadunidense dirigida a Cuba havia falhado e precisava ser mudada. [Acho que esse foi um momento importante das relações internacionais.] Em um intercâmbio de cartas entre os presidentes Raúl Castro e Barack Obama, em 1º de julho de 2015, ambos indicaram que o que os inspirava era a intenção de desenvolver relações respeitadas de cooperação entre os povos e governos baseados nos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas, do Direito Internacional e da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas e consulares. O histórico passo da abertura das embaixadas em ambas as capitais, tanto em Havana quanto em Washington, no mesmo dia, 20 de julho de 2015, foi um passo importante na direção correta destas novas relações diplomáticas e consulares entre os dois países. Nesses dias se restabeleceram as relações diplomáticas depois de 54 anos, enquanto os países da América Latina aplaudem essas mudanças, há ainda muito trabalho a fazer antes que Cuba e Estados Unidos e os povos de ambos os países possam ter relações respeitadas de colaboração. [Porque não são apenas relações diplomáticas e consulares, esse é o primeiro passo]. Também são relações nos vários sentidos que eu aqui já coloquei: políticas, econômicas, sociais, de justiça e culturais. Para que ambas as nações tenham uma relação normal, o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba, que tem causado grandes dificuldades durante tantos anos, deve ser eliminado. O bloqueio também afeta o povo dos Estados Unidos, não só ao povo cubano. A eliminação do bloqueio oferece a oportunidade de intercâmbios culturais e acesso a novas tecnologias, inclusive, tecnologias de saúde, como, por exemplo, o Heberprot-P, que é um medicamento seguro e eficaz que reduz em 78% o risco de amputação causado por diabetes. Poderia falar da cura do vitiligo e de tantas relações que Cuba têm com políticas de plantas medicinais e fitoterápicos, desenvolvendo ciência e tecnologia. Nossa fervorosa esperança e desejo é que o congresso dos Estados Unidos escute as vozes dos seus constituintes, assim como a dos povos da América Latina e do Caribe, e vote por eliminar o bloqueio logo que seja possível.”

Então, senhores, é uma carta com essa amplitude... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Sr.

Presidente, eu vou tentar cumprir o que nós combinamos na reunião de Mesa, os cinco minutos. Muito obrigada. Acho que há um entendimento dos Vereadores da importância. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; não tem hoje como não subir à tribuna e pedir o tempo de Liderança do Partido dos Trabalhadores aos meus companheiros e à minha companheira Sofia, porque falarei, em seguida, sobre um projeto que, na semana passada, não tivemos quórum para votar. Apesar disso, os Vereadores da base do Governo já se mostraram contrários, o que é lamentável. Temos uma repercussão positiva desde a semana passada. Ao que sabemos, pela manhã, houve uma reunião com o próprio Prefeito, e a notícia que temos – espero que não – é de que a orientação continua sendo a de não aprová-lo.

Mas, antes de falar do projeto, quero falar do que hoje acontece: mais uma vez, servidores e servidoras do Estado do Rio Grande do Sul receberam R\$ 600,00 de salário, fruto do parcelamento que o Governador Sartori, do PMDB, impôs aos servidores. Vejam, não há justificativa nenhuma – nenhuma justificativa – para não ampliar a utilização dos depósitos judiciais. O Governo demorou até agora para tomar essa decisão, algo que já poderia ter tomado muito antes; essa é apenas uma das tantas alternativas que teria o Governo Sartori. Isso mostra uma iniciativa, uma vontade e uma determinação de dizer que está em crise, infelizmente com o apoio de muitas pessoas. Parece que, no Estado, a crise começou agora, como se, há 40 anos, cada governo que se sucedeu não enfrentou os mesmos números, as mesmas crises. Então, adotar como política concretizar essa ideia de crise... Aliás, acaba gerando mais crise ainda, porque a gente sabe que a economia é uma ciência das expectativas. O governante maior do nosso Estado, ao aprofundar isso, ao fazer disso uma política, acaba justamente impedindo uma expectativa de crescimento da sociedade, de consumo e de circulação de bens e riquezas.

Quero falar aqui – e é simbólico utilizar o espaço do Partido dos Trabalhadores – de um projeto que, assim que entrarmos na Ordem do Dia, se não houver nenhuma Liderança

inscrita, será colocado em votação, e não será possível fazer encaminhamentos ou discussões. Em relação a esse projeto, é simbólico falar aqui em nome do Partido dos Trabalhadores porque se trata de uma boa ideia: não engessa, não obriga, não estabelece nenhum tipo de dificuldade para sua implementação. Trata-se de um programa... E quero lembrar aqui as aulas de direito administrativo, porque alguns Vereadores e Vereadoras contrários estão pensando – para um pouco esta ideia aqui – que não podemos aprovar leis que autorizam o Executivo a fazer a algo. Pois bem, as aulas que tive de direito administrativo eram bem claras: a Administração Pública só pode fazer algo se estiver autorizada por lei e faz quando é obrigada, por conta da lei. Então, essa lei trata de autorizar o Executivo; a Lei nº 17.194, de 17 agosto de 2011, disciplina o horário dos servidores e servidoras do Município de Porto Alegre, dando uma tolerância de meia hora em relação à chegada e à saída dos servidores e das servidoras. Pois bem, nós tratamos aqui de fazer um programa não obrigatório, que não prejudique o atendimento ao público, que seja de comum acordo com cada chefia, algo individualizado, voluntário. Acabamos fazendo uma emenda, também, apesar de ser uma lei autorizativa, para a própria Câmara, essa emenda está em conjunto com o projeto que tramita desde 2013, do primeiro ano do nosso mandato. Infelizmente, apesar de toda repercussão positiva do projeto, que tem duas ideias centrais: reduzir a lógica na Cidade de todos irem e voltarem do trabalho ao mesmo tempo, portanto, um bem para a Cidade, diluindo o deslocamento diário de servidores municipais. É claro que não vai resolver o problema da mobilidade, mas vai atenuar nos horários de pico; segundo, tratando de forma individualizada e voluntária os servidores do Executivo e do Legislativo. Sempre em comum acordo com as chefias.

Então venho aqui neste espaço de liderança do PT para pedir que os Vereadores que votaram contrários ao projeto, que repensem e que aprovemos essa lei tão importante para a Cidade, conseguindo melhorar a sua qualidade de vida e a sua mobilidade urbana. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queria pedir licença aos meus Pares dos outros partidos para comunicar que, no sábado, o PMDB realizou a sua convenção municipal, onde quase mil filiados votaram diretamente para a formação do diretório. Tivemos lá a oportunidade de fazer uma homenagem ao Ver. Professor Garcia, que está se recuperando levemente, bem devagar. Esse foi o ponto alto da convenção, pelo carinho, respeito e vontade que todos temos de que ele tenha uma recuperação a contento. Foi de emocionar quando todos os participantes de um auditório lotado com quase mil pessoas ficaram em pé durante quase dois minutos aplaudindo-o. Acho que é a melhor maneira de demonstrar o carinho, o respeito e a vontade de tê-lo de volta ao nosso convívio nesta Casa. Por isso, eu precisava fazer esse registro do acontecimento, no sábado, na Convenção Municipal do PMDB de Porto Alegre.

Eu ouvi, muitas vezes, a Bancada do PT dizer aqui que o Procurador-Geral da República, antigamente, era “engavetador-geral” da República. Eu queria fazer uma pergunta agora à Bancada do PT, agora que o recém reconduzido Procurador-Geral da República deu uma engavetadinha no projeto, ou na pesquisa, ou no processo das pedaladas fiscais. Não, melhor, foi da campanha mesmo, da campanha da Presidente Dilma. Então, o Procurador-Geral deu uma engavetada. Eu não sei como é que vão chamar esse ato do Procurador e não sei se está certo ou se está errado. Agora, como o PT falava do outro que engavetava, eu só quero lembrar que também agora seguiu o engavetamento – que não foi de automóveis. Foi o engavetamento do processo da eleição da Presidente Dilma, engavetado pelo atual Procurador, que está com boas relações com o Planalto, pelo menos, começou bem a sua recondução.

Quanto ao projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, eu quero dizer que, se fosse geral, se baixasse geral... “Olha, o horário será das 8h às 13h; das 8h às 14h, para todos, ou para setores inteiros, eu acho que teria a simpatia por isso. Mas quando deixa para individualizar e deixa para o chefe resolver, não vai funcionar. Nós já temos defecções demais nos diversos departamentos. E se isso ficar liberado, eu temo pela simpatia dos chefes e temo pela irresponsabilidade de alguns funcionários que dão um jeitinho de sair e voltar. Se não tiver uma regra geral, fica muito difícil. Por isso eu continuo votando contra o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, porque ele apenas libera e não dá nenhum compromisso para quem trabalha e para o chefe que libera. Acho que a liberação não

pode depender de simpatia e de ser subjetivo, nem o estabelecimento de obrigações; tem que ser regras que sirvam para todos os funcionários. Em princípio, eu digo: não sou contra que se mudem os horários, que se faça horário único, que se faça alguma tentativa não só para diminuir o trânsito, mas também para facilitar ao cidadão. Nós conhecemos muitos lugares que têm esse horário no Interior do Rio Grande do Sul, mas é uma regra geral, para todos os funcionários. Então, acho que essa liberação é um pouquinho demasiada, por isso eu votarei contra o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa.

Eu ainda tenho 15 segundos, e nesses segundos que me restam, eu quero dedicar a boa vontade de todos os meus colegas que estão aqui na segunda-feira, todos ansiosos para que se comece a votação, por isso, eu termino antes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero iniciar essa fala em nome dos Partidos de Oposição – PT, PCdoB e PSOL –, agradecer à Ver.^a Jussara Cony e dizer ao Líder do PMDB que subiu aqui na tribuna, meu querido amigo Ver. Cecchim, que perdeu uma grande oportunidade, nessa tribuna, de pedir desculpa aos 360 mil servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, pela barbaridade como vêm sendo tratados pelo Governo Sartori, neste momento, no Rio Grande do Sul.

Eu preparei, para discutir com os colegas Vereadores e Vereadoras, o histórico da dívida do Estado do Rio Grande do Sul, até para acabar com essa falácia feita pelo atual Governo de que a responsabilidade pela dívida do Rio Grande do Sul é do Tarso Genro ou da Presidente Dilma Roussef.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ENG^o COMASSETTO: Ver. João Carlos Nedel, o seu espanto é para ver como é espantoso mesmo. Nós estamos utilizando uma notícia do Sul21, no seu *site*, o qual diz que o Rio Grande do Sul é a unidade da Federação com a maior dívida proporcional do

País. A dívida do Rio Grande do Sul é uma bola de neve que vem se acumulando descida abaixo, há mais de 40 anos. E aqui, o jornal Zero Hora. Eu queria ouvir também uma crítica do jornal Zero Hora, que já estampou dezenas de vezes que a dívida do Estado do Rio Grande do Sul é de R\$ 15 bilhões e que o Rio Grande do Sul estava já com a dívida resolvida. Não é de hoje que coloca isso.

Até 1964, as operações de crédito não eram corrigidas e pesavam pouco sobre as finanças estaduais. O dinheiro arrecadado com impostos superava o valor dos papéis e, assim, não havia desequilíbrio no caixa, mas a ditadura militar, na onda do milagre econômico, afrouxou as restrições ao endividamento e estimulou os Estados a buscarem empréstimos externos. Foi aí, com o Governo Euclides Triches e a emissão de títulos públicos com correção monetária, que a variação da dívida chegou a 194,4%.

Logo depois, com a instalação do Plano de Ação Econômica do Governo Militar Castelo Branco, aqui no Rio Grande do Sul, o Estado passou a usar a emissão de títulos como meio de rolagem da dívida, chegando a 7% da arrecadação em 1967.

Na década de 1970, diminui a arrecadação e há aumento de gastos, por ser uma época – entre aspas – de crescimento. O Rio Grande do Sul fecha a década com média de inflação de 2,3% ao mês, investimentos públicos ocupando cerca de 30% da dívida e déficit público de 6%. De 1979 a 1989, a dívida do Rio Grande do Sul cresceu cerca de quatro vezes, passou de 4,3% para 17,2%. Em 1983, no Governo Figueiredo, o Banco Central aplica uma resolução que impõe teto para operações de crédito realizadas com o setor público, prevendo sanções a quem desrespeitasse as regras.

Em 1980, no Governo do Pedro Simon, com a redução, para os Estados, das operações de crédito, o quadro piorou, com a isenção de Impostos sobre Circulação de Mercadorias – ICMS para exportação e importação de produtos primários, imposta pelo Governo Federal de José Sarney, também do PMDB.

Nos anos 1990, a situação, que já era de crise, se agrava ainda mais. Em 1991, na tentativa de frear o crescente endividamento dos Estados, o Congresso Nacional estabeleceu que os saldos devedores deveriam ser refinanciados com os agentes financeiros.

Em 1994, já com o FHC, o comportamento das dívidas estaduais, antes de sua assunção pelo Governo Federal, foi afetada de maneira drástica.

Sabem quem é que está na foto que aparece ali? O Sr. Antônio Britto, o ex-Governador do Rio Grande do Sul. E, atualmente, todos os meses, entregamos R\$ 280 milhões e vemos a dívida crescer 6% ao mês, mas é preciso dizer que isso tudo é por conta do acordo assinado em 1996 entre o Governador Antônio Britto, do PMDB, tendo o Sartori como Líder e o Presidente Fernando Henrique Cardoso. E o bloqueio de contas é regra do acordo firmado pelo então Governador Britto. Uma situação que se arrasta até hoje. Peço que seja mostrada a última lâmina. Quero dizer aos colegas que esse gráfico está à disposição. A dívida do Estado, que ali está: no verde é do regime militar; o amarelo é do Governo do PMDB; no azul é do PDT; e no vermelho é quando o PT foi Governo do Estado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Sr. Presidente. Ver. Pujol, obrigado pelo espaço. Eu gostei do trabalho que o Ver. Comassetto apresentou, só não vi se é trabalho do Sul21 ou se é seu trabalho. Devo ter me confundido, porque o que eu leio no Sul21 parece um boletim oficial do PT. Mas eu respeito o trabalho, seja ele de quem for. Cada um com seu veículo! Eu vejo o PT reclamando da Rede Globo, mas adora sentar lá na bancada do Jornal Nacional... o Dr. Lula, a própria Presidente Dilma sempre lá, eles gostam! Quando é a favor, é bom – não é, Ver. Casartelli? O problema é quando dão as notícias reais, como acontece sempre, e que normalmente não são muito favoráveis. As notícias do PT, ultimamente, são diretamente da Papuda ou lá da Polícia Federal de Curitiba. Aí fica ruim apoiar a Rede Globo, a revista Veja, as pessoas que publicam; mas respeitemos isso. Agora, engraçado, Ver. Comassetto, que o ex-Governador Tarso Genro meteu a mão – não para ele, esse pelo menos não precisar ir à Papuda, por enquanto –, pegou os depósitos judiciais, e hoje nós estamos pagando R\$ 3 milhões por dia para o Judiciário. Também um outro absurdo que nós temos aqui no Rio Grande do Sul. Botou a mão no dinheiro, e o Vieira da Cunha entrou com um processo para recuperar esse dinheiro da CEEE. O Tarso Genro botou a mão no dinheiro e deixou a CEEE sucateada. Construíram uma subestação ali ao lado do Beira-Rio, Ver. Villela, e V. Exa. sabe que nunca

funcionou? Nem um fio ligado durante a Copa. Até isso o PT conseguiu enganar. O que está dentro daquele prédio não sustenta nem as escolas de samba que estão ali ao lado. Não está ligado: era para fazer um reforço na linha para a zona sul e nada. Foi uma enganação e usaram o dinheiro da CEEE – estamos com a CEEE também quebrada. Tarso Genro é o nome do autor.

Então é muito fácil vir aqui... Ninguém quer atrasar salário! O próprio Governador já disse isso, mas não tem de onde tirar! A prova disso é que ontem mesmo o Governador passou pela Expointer, não teve problema algum, num setor que funciona e dá dinheiro para o Rio Grande, um setor produtivo, talvez o mais importante, não só do agronegócio como dos pequenos agricultores, do cooperativismo. E o Governador recebeu muito apoio, aplausos. Não recebeu dinheiro para fazer o pagamento dos salários, é óbvio, senão o teria feito. Obrigado que é a parcelar, uma coisa antipática, é verdade, mas nós vemos lá desde a época da “brizoleta”, lembram? Eu não lembro, mas li. Então a crise no Estado é antiga, até mais antiga do que essa apresentada pelo Ver. Eng^o Comassetto. E para lembrar também que, nesses últimos 16 anos, oito anos foram administrados pelo PT aqui no Rio Grande do Sul. E o PT não tem culpa nenhuma nisso? Recuperou? E o alinhamento das estrelas, que seria para resolver? O alinhamento das estrelas, que seria para resolver, Sr. Tarso Genro, Bancada do PT? O que é que ajudou o Rio Grande do Sul? Nada. Por quê? Porque o ex-Governador Tarso Genro e a Presidente não se bicam muito bem. E porque também o Governador que tinha certeza de que se ele fosse eleito estaria renegociada a dívida, não estaria, porque mentiram durante a campanha, e a mentira no Rio Grande do Sul é levada a sério. Quem mente é levado a sério. Os Pinóquios são marcados; aliás, o mesmo CPERS que faz greve hoje já colocou o ex-Governador Tarso Genro de Pinóquio nos *outdoors*. Não sei se com razão naquela época, mas... (Som cortado automaticamente por limite de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Essa história do CPERS-Sindicato, que liquidou com a educação do Rio Grande do Sul, nos últimos anos... Não são os professores, é o CPERS-Sindicato. A grande maioria dos professores trabalha, mas o CPERS-Sindicato liquidou com a educação no Rio Grande. Por isso que nós estamos lá em 15º ou 17º lugar num universo de 27. Isso graças ao CPERS-Sindicato, não aos professores. A grande maioria dos professores trabalha e se esforça muito, como um verdadeiro sacerdote,

mas aqueles que trancam são os mesmos nos Governos Rigotto, Yeda, Tarso, Sartori; no Governo Olívio, não, porque quem mandava era o CPERS-Sindicato.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Mauro Pinheiro, eu venho, em meu nome e em nome do Ver. Prof. Alex, usar a Liderança do nosso partido, o PSOL, diante dessa situação extremamente grave que hoje os trabalhadores, os servidores públicos estaduais, estão vivendo. Receber R\$ 600,00, todos, os cem por cento dos nossos funcionários públicos de carreira, é um desrespeito, um ataque violento aos direitos dos trabalhadores.

Eu ouvi atentamente a discussão em relação à dívida pública e, como vocês sabem, eu tenho repetidamente falado sobre a necessidade de auditoria, por um lado, e a suspensão do pagamento até lá, venho criticando o Governo Federal por bloquear as contas do Estado do Rio Grande do Sul, venho criticando o governo passado por não renegociar a dívida e coloquei que o projeto que foi votado, mudando o indexador, além de não resolver o problema da dívida e que somente daria uma folga para o Estado apenas em 2021, não foi aplicado, Ver. Casartelli. Então, a questão da dívida é extremamente grave, e é verdade que o Estado sofre verdadeira chantagem e agiotagem do Governo Federal, diante de uma dívida impagável, que começou com R\$ 9 bilhões, foi paga mensalmente, e hoje ultrapassa os R\$ 55 bilhões. Inclusive o nosso Deputado Pedro Ruas coordena uma Frente Parlamentar pela auditoria da dívida do Estado com a União, dívida que começou no tempo dos militares, mas que foi brutalmente piorada durante o Governo Britto e Fernando Henrique Cardoso, num acordo draconiano, com juros flutuantes para o Estado do Rio Grande do Sul. Agora, o Governador optou pela linha de massacre ao funcionalismo, porque o Governador poderia, Ver. Prof. Alex, ter mandado, na semana passada, um projeto ampliando a possibilidade do uso dos depósitos judiciais em até 95% para que a folha fosse paga neste mês, no mês que vem – acho que daria até o final do ano, porque são recursos finitos, é verdade –, mas até lá poder tomar medidas mais drásticas, como a questão da auditoria, como a questão do combate à sonegação e o

resgate daqueles que têm dívida ativa com o Estado do Rio Grande do Sul, bloqueio desses bens, a incorporação, o combate daqueles que ganham acima do teto e a devolução desses valores para garantir que haja recursos públicos. A discussão de mordomias como o auxílio-moradia do Judiciário, para garantir que haja recursos para pagar os funcionários de carreira. Mas o Governador Sartori optou pelo caminho do massacre do funcionalismo por um lado e do terrorismo com a população para ganhar apoio popular e aprovar um projeto como o que aumenta o ICMS, que está para votar em regime de urgência na Assembleia Legislativa, quando a gente sabe que o aumento de impostos é transferido imediatamente para a população.

Então, o povo do Rio Grande do Sul vai ser onerado de novo, se forem aumentados os impostos como prevê esse projeto de aumento do ICMS. E mais! Como pode, numa gravidade desse tamanho, em que todos nós com o mínimo de sensibilidade, todos nós estamos não só solidários com a luta dos trabalhadores, mas solidários com a situação de desespero que homens e mulheres estão vivendo neste momento no Estado, que não sabem como vão pagar a luz, o aluguel, não sabem como vão pagar as parcelas da casa própria. É uma situação desesperadora! Eu gostaria que cada um que me ouve se colocasse no lugar de quem recebeu R\$ 600,00 para pagar o conjunto de suas contas. E a gente sabe que o cartão de crédito tem um juro lá em cima e não tem perdão; a gente sabe que os créditos consignados seguem comendo os poucos recursos que os servidores receberam. Então, uma situação desesperadora, e o Governador vai para a Expointer dançar e dizer que não é dia de falar em funcionário público. E quando vai ser o dia dos funcionários públicos, que hoje estão aterrorizados, que estão desesperados? Eu espero que transformem essa indignação em capacidade de luta, e que a gente veja uma greve forte, e que quinta-feira, sejam milhares e milhares de homens e mulheres lutando juntos contra o parcelamento, contra a tentativa de repassar a crise econômica para as costas dos trabalhadores e pela garantia do mínimo, que é o pagamento dos salários de maneira integral para esses trabalhadores. Obrigada pela atenção de todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vou abordar esse assunto que já foi aqui trazido por vários colegas a esta tribuna, que é com relação à situação do Estado do Rio Grande do Sul. Eu sou servidor público do Estado, e assim como todos os meus demais colegas, tiveram hoje no seu contra cheque o depósito de R\$ 600,00. É claro, há mais de uma semana ou duas nós tínhamos essa informação. Eu não estou aqui falando em causa própria, porque graças a Deus eu também sou servidor público municipal, no qual eu recebo um salário infinitamente superior ao do Estado, mas o que me preocupa é nós virmos aqui, seja qualquer um dos colegas, ou eu mesmo, para criticar esse ou aquele Governo, Governador ou Governadora que dirigiu o nosso Estado nas últimas décadas, querendo apontar que um é mais culpado que o outro. Eu não tenho nenhuma dúvida de que todos os Governadores que governaram este Estado, ao longo das últimas décadas, são responsáveis, cada um deles, pela situação em que o Estado se encontra. Eu não tenho nenhuma dúvida em relação a isso.

No Estado do Rio Grande do Sul – aí não há exceção –, cada Governador gastou, ano após ano, mais do que arrecadava. Ora, pode-se dizer que um Governador ache uma solução; outro ache outra solução, o fato é que as soluções têm limite. Não pode uma família gastar eternamente mais do que recebe por mês, do que arrecada, e isso acabar bem. Isso certamente acabaria mal em algum momento em que nós estamos hoje; a situação está caótica, está crítica. Eu me preocupo extremamente com os meus colegas servidores que receberam esses R\$ 600,00 mas me preocupa muito mais que nós queremos achar um culpado, quando todos são culpados.

E o maior culpado de todos neste momento, na minha opinião, é a insensibilidade do Governo Federal, que não dá por liquidada uma dívida que já foi paga algumas vezes. Eu concordo com a Ver.^a Fernanda Melchionna, quando diz que essa dívida tem que ser auditada. E, se Governador do Estado fosse, eu continuaria deixando o Estado até o meu último dia de governo pegar esse dinheiro, que nos retira mensalmente, por conta dele, usando o contrato que existe, que assim permite. Porque pagar essa dívida por livre espontânea vontade, eu acho que não pode ser feito. O Governo Federal que retire mensalmente a dívida que ele diz que existe e que está no contrato, mas o que eu não posso aceitar é uma insensibilidade do Governo Federal que utiliza as dívidas estaduais para arrecadar como se fosse banco, a juros bancários. Isso não é pacto federativo. Num pacto federativo verdadeiro, esperar-se-ia que os entes federados se ajudassem,

colaborassem um com o outro, mas não que um ente federado lucre sobre a dívida do outro.

E é isso que acontece hoje. O Governo Federal também está numa situação econômica muito difícil; estivemos já em situações melhores em outros Governos, mesmo o atual período de Governo do PT, do que nos encontramos hoje.

Então, todos nós somos responsáveis. O Governo Federal precisa resolver os seus problemas de arrecadação, de equilíbrio financeiro, mas não pode ser às custas do Estado, às custas do Estado do Rio Grande do Sul e de nenhum outro Estado. E, se alguma coisa nós políticos podemos fazer, é pressionar o Congresso Nacional para que acabe, através de lei, com essa dívida extorsiva que os Estados vêm pagando há muito tempo e que, certamente, já foi paga algumas vezes. Então, eu acho que nós temos que defender juntos, ao invés de culpar este ou aquele Governador, este ou aquele Presidente, para fazer com que o Governo Federal, a atual Presidente da Nação mande um projeto de lei, ou que o Congresso Nacional faça um projeto de lei e aprove, acabando, de uma vez por todas, com essa dívida e com esses juros extorsivos que estão sendo pagos pelos nossos Estados e, particularmente, pelo Rio Grande do Sul. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h38min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, quero lhe entregar em mãos o documento do estudo que nós realizamos, bem como pedir que fique registrado nos Anais da Casa que se trata de um estudo sobre o histórico da dívida do Estado do Rio Grande do Sul. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro, Ver. Comassetto.

O Sr. Tarciso Flecha Negra (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, conforme segue: em primeiro lugar, o PLL nº 002/15; logo após, o PLL nº 085/15 e o PLL nº 058/15. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mônica Leal, a Emenda nº 01 ao PLL nº 002/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mônica Leal, o PLL nº 002/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 7 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES.**

Em discussão o PLL nº 085/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM.**

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em discussão o PLL nº 058/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM.**

Em discussão o PLCE nº 002/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Mensagem Retificativa ao PLCE nº 002/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLCE nº 002/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão, em 1ª Sessão, o PR nº 041/13. O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PR nº 041/13.

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Caros colegas, muito boa tarde. Aproveito esta 1ª Sessão de discussão geral do projeto para apresentar aos colegas essa proposta e, desde já, me colocar à disposição para qualquer dúvida ou qualquer ajuste que o projeto possa vir a sofrer para se ajustar e melhorar. Essa proposta vem no intuito de ampliar a abertura da

pág. 21

nossa Casa através das novas ferramentas. Na verdade, não traz nada que nós não tenhamos; hoje, as nossas sessões do plenário já são transmitidas pela Internet. Além da TVCâmara, desde o ano passado, se não me engano, e muito antes, elas já eram transmitidas pela Internet. O que esse projeto interno, que diz respeito à nossa Casa, propõe é que as reuniões das Comissões e as audiências públicas que esta Casa fizer também sejam transmitidas pela Internet – o que já é feito hoje na Assembleia Legislativa, por exemplo, e em outras Câmaras Municipais do Brasil.

Eu conversei com o Ver. Cassio – ao que tudo indica será o dirigente desta Casa no próximo ano – exatamente com o objetivo de adequar o projeto às necessidades e capacidades financeiras da Casa, mediante estudo que tem de ser feito dentro das condições que venhamos ter. Mas, desde já, adianto que se trata de um projeto extremamente barato. Na verdade, a tecnologia de transmissão – já existe o *link* na Casa – trata-se apenas de colocar mais uma câmera fixa pequena em cada sala de Comissão e, através de um programa de computador, liberar a transmissão. Então acho que é uma oportunidade.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu me preocupo, em primeiro plano, porque as Comissões permanentes se reúnem na terça-feira, a metade delas de manhã e a outra de tarde. Quais as Comissões terão essa atribuição assegurada? Eu não sei se é possível fazer concomitantemente das três Comissões da manhã e das três Comissões da tarde. É algo, que, obviamente, V. Exa., que é autor do projeto, tem condições de explicar melhor.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Muito pertinente a sua questão, Ver. Pujol. Exatamente, pelo projeto se tratar da Internet, tem essa capacidade de termos a transmissão concomitante. Assim funciona hoje na Assembleia – só estou usando a Assembleia como uma referência, por ser o nosso parlamento estadual –, onde o cidadão clica na Comissão que estiver em reunião e assiste àquela que estiver funcionando. Isso não aumenta os custos. Hoje em dia, haveria custo se não tivéssemos estrutura nenhuma de transmissão, mas nós já temos. O custo de colocar na rede uma transmissão é o mesmo que colocar três ou quatro. Obviamente que muito mais do que isso já não seria possível. Mas, hoje, com as questões de banda larga, nós temos condições técnicas, com certeza, na Casa,

pág. 22

por um baixíssimo e irrisório custo, de transmitir várias reuniões ao mesmo tempo. E aí o cidadão acompanha exatamente aquela que lhe interessar mais, podendo fazê-lo do seu escritório.

Obviamente, o projeto ainda terá que ser adequado por estudos técnicos da Casa que venham a contribuir com a gestão interna e a abertura cada vez maior de mecanismos de comunicação.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Kopittke, é muito importante essa sua iniciativa. Eu, como jornalista, sou a favor de toda e qualquer ferramenta que possa levar além das nossas porteiras o trabalho que se faz em função de Porto Alegre, sempre preocupados com o bem comum. Quero cumprimentá-lo e, desde já, endossar o meu apoio. Parabéns.

O SR. ALBERTO KOPITCKE: Agradeço muito, o seu apoio é muito importante, Ver.^a Mônica.

O Sr. Cassio Trogildo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alberto, quero saudar a sua iniciativa e dizer que a enxergamos como uma medida de publicização do nosso trabalho da Câmara, e fizemos a Emenda nº 01 para poder contribuir com o seu projeto. Vamos encaminhar favoravelmente. Parabéns.

O SR. ALBERTO KOPITCKE: Agradeço muito. É muito importante que a ideia seja compatível com a realidade administrativa e financeira da Casa. Muito obrigado aos colegas. Teremos ainda mais Sessões de debate até a votação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PR nº 041/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu fico gratificada com o apoio de diferentes partidos à iniciativa do Ver. Alberto Kopittke. Parece-me que a riqueza dos debates das comissões ainda está por ser

desvelada, compartilhada com a sociedade porto-alegrense e, quiçá, a gaúcha. A transmissão ao vivo pode ser emblemática porque as comissões, nesta Casa, têm criado uma cultura inovadora, têm gerado inclusive projetos de lei, moções de apoio, têm gerado encaminhamentos importantíssimos para a vida das pessoas.

Quero citar a grande crise que houve no ano passado e neste ano com relação ao tema das ocupações. E a CUTHAB tem feito um trabalho exemplar, conseguiu provocar a criação de um grupo interinstitucional, que vem lidando com o direito à moradia, a necessidade da ocupação urbana; devemos pensar esse direito e darmos conta da função social da terra como algo muito importante para a cidade de Porto Alegre.

Também, de outra parte, lá na cultura, nós, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, tivemos alguns debates importantíssimos e teremos outros, um deles é sobre a arte de rua, e, acerca desse tema, fizemos uma reunião na semana passada, que, se fosse possível ser acompanhada pela Internet, teria tido muitas intervenções, participações, teria sanado dúvidas – que depois apareceram na rede social, pós-reunião – no mesmo tempo em que a reunião estava acontecendo. As nossas reuniões ordinárias são no horário de trabalho, elas têm um conteúdo muito forte, mas, muitas vezes, são impeditivas pelo horário.

Sei que houve, ou ainda haverá, audiência pública da CEFOR sobre o Orçamento num horário em que, às vezes, apenas uma turma de alunos participa, porque a sociedade não consegue participar.

Então, encontrar mecanismos de democratização é muito importante. Faço a comparação pela nossa comissão, o debate na terça, às 14h, sobre os artistas de rua, e na terça seguinte fizemos à noite, quando nós tivemos, no Teatro Renascença, a presença de quase 300 artistas participando do debate do mesmo tema. Essa é uma diferença importante em função do horário de funcionamento, em função das possibilidades de divulgação e da ampliação desse acesso à informação, do acesso aos debates é interessante para a nossa Casa, para a atuação dos Vereadores, mas muito importante para a sociedade, para os direitos que podem ser melhor acessados com essa participação. Então, Ver. Kopittke, é uma sugestão muito positiva, que vai desafiar o nossos setores aqui da Casa, a informática, a nossa rádio *on line*, TVCâmara, e é um novo instrumento de democracia. Acho que para isso estamos todos aqui disponíveis,

para conhecer e saber sobre o que a Casa vem decidindo. Isso é fundamental para que a democracia realizada aqui tenha muita conexão com a democracia participativa.

Quero encerrar falando, então, que um dos temas que para nós é muito caro é o tema das decisões das demandas populares, e que, sábado, encerrou o ciclo do Orçamento Participativo no Humaitá, no colégio municipal, e lá estava uma das demandas fortes e importantes que a sociedade pedia, as contrapartidas nos bairros Farrapos e Humaitá, pela presença da Arena, do empreendimento da Arena do Grêmio. E a presença de dez blocos de apartamentos, de prédios de apartamentos em cima de terreno público e, ao mesmo tempo, no Orçamento Participativo, as lideranças solicitando as melhorias nas praças, nas ruas, é a crua e dura realidade da necessidade da atuação deste Parlamento, da informação e da formação e fortalecimento da cidadania. Então essa iniciativa do Ver. Alberto Kopittke faz esse papel. Obrigada, Presidente, nós vamos votar apoiando, certamente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Encerrada a 1ª Sessão de discussão do PR nº 041/13.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.ª Fernanda Melchionna, ao PR nº 041/13.

Em discussão o PLL nº 059/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 059/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não vejo presente o Ver. Márcio Bins Ely, autor, mas a iniciativa considero muito meritória. O fato de os contêineres de lixo seletivo terem na sua fachada a identificação dos dias de retirada e do tipo de entulho que pode ser colocado ali, pode ser, junto com uma série de outros instrumentos, um caminho para solucionar o problema do recolhimento do lixo. Desde que esse sistema foi implantado em Porto Alegre, nós tivemos um retrocesso no Centro da Capital, pois as pessoas passaram a misturar, mais ainda do que o faziam, o resíduo orgânico com o resíduo seco. O Ver. Reginaldo Pujol é morador do Centro. Como se tornou uma facilidade, tem um contêiner na rua, as pessoas se deseducaram porque, em algumas cidades, quando optaram pelo sistema de recolhimento por contêiner, elas já

o fizeram instalando o contêiner do lixo seco e do lixo orgânico, um ao lado do outro. E isso ajuda, estimula, incentiva a separação do lixo. É doloroso, é muito grave, em pleno século XXI, em muitos lugares, a gente ver a mistura da latinha, do papel seco, do papel limpo, do plástico com o lixo orgânico. Infelizmente, essa é uma prática ainda generalizada na cidade de Porto Alegre. E todas as medidas públicas, as políticas públicas que venhamos a implementar, com investimentos novos, têm que ser pensadas no sentido de mudar essa cultura. Não é possível que continuemos enterrando toneladas de material reciclável. Não cabe mais embaixo da terra. Além disso, nós anulamos, por dezenas e centenas de anos até, áreas físicas preciosas, fundamentais para a sobrevivência humana, para a produção, para a moradia.

Vejam que nessa situação, aqui, do bairro Humaitá/Farrapos, há muitas áreas contaminadas, com enterro de lixo, quando não fazíamos seleção em Porto Alegre, quando tínhamos lixão, e a nossa Cidade acabou inviabilizando o uso de largos espaços para a utilização tanto de moradia, quanto para outros temas, pela contaminação do lixo, pela mistura do lixo com diferentes produtos, que o resíduo misturado carrega em si e que são tóxicos e incendiáveis. (Mostra fotografia.)

Então, nós, Ver. Márcio, acho que, com isso, indicamos para o Município – para mim, votar nisso não é e nem será a solução – que ele precisa urgentemente rever esse formato e o seu investimento em educação ambiental, educação para a seleção do lixo. As pessoas na cidade de Porto Alegre ainda trabalham de uma forma muito cômoda, muito irresponsável com a natureza e com a possibilidade de geração de renda. Quando nós visitamos galpões de reciclagem, nós ficamos chocados com a presença ainda do próprio lixo seco com sujeira, com materiais orgânicos, com materiais perigosos, com vidro misturado, penalizando os trabalhadores que fazem um serviço essencial para a natureza humana, que é o serviço de reciclagem e de separação do lixo reciclável. Acho que essa falta de investimento na cultura sobrepenaliza quem recebe o lixo seco que não vem limpo, que não vem adequado, que não vem separado adequadamente, que chega para as pessoas humildes, que muitas vezes trabalham sem proteção, de forma a machucá-las e expô-las a risco. De outro lado, nós temos muito lixo reciclado sendo enterrado. E isso é muito grave ainda para nossa Cidade, que foi vanguarda no País na instalação da coleta seletiva e na construção de galpões de reciclagem. Acho que,

infelizmente, houve investimento e houve retrocesso, e nós precisamos alterar o modelo, com certeza, e investir em educação ambiental.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 059/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, o pronunciamento da Ver.^a Sofia Cavedon é oportuno com relação ao tema que ela elegeu, mas inadequado com relação ao projeto que estamos votando. Acho que a Vereadora tem muitas razões nos reparos que oferece da utilização dos contêineres para o recolhimento de lixo urbano, especialmente no perímetro central de Porto Alegre, a ausência de fiscalização, a má utilização, a invasão dos catadores que invadem os contêineres e depois retiram de lá material que interessa, e o que não interessa deixam jogados na rua, isso e inconveniências de toda ordem. Essa é a realidade dos contêineres, mas não é a realidade das caçambas estacionárias, essas são em número menor, colocadas em pontos onde ocorre a necessidade de sua colocação, que precisam ser licenciadas pelo Poder Público e, com muita frequência, permanecem no lugar por tempo indeterminado. E agora, a valer a proposta do Ver. Márcio Bins Ely, que infelizmente não está presente neste momento, terão que ter, além de várias exigências que a lei já lhes impõem, a colocação de um adesivo onde consta principalmente a data de licenciamento, o período em que a coleta dos entulhos deverá ser procedido, e também a natureza dos entulhos, porque às vezes pode até ser tóxico, e as pessoas não sabem que estão convivendo com um produto dessa ordem. Então, sem nenhum demérito à colocação da Ver.^a Sofia – sobre um assunto que acho que a Casa vai ter que discutir oportunamente e nele até se posicionar a eficácia ou não dos contêineres para o recolhimento de lixo da cidade de Porto Alegre –, eu quero dizer que, relativamente ao projeto que nós estamos discutindo e encaminhando, ele não se aplica, porque o projeto se destina, fundamental e objetivamente, às caçambas estacionadas. E nesse particular, me parece que é um bom projeto e deve ser aprovado. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Ver. Pujol. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 059/14, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o Ver. Márcio Bins Ely nos propicia um debate que já fizemos muitas vezes nesta Casa. Temos aqui uma grande compreensão do problema e, ao mesmo tempo, já realizamos inúmeras sugestões de encaminhamentos para que o Município realmente realize uma gestão dos entulhos da cidade de Porto Alegre. O Ver. Márcio sugere que as caçambas estacionadas – e não são raras as vezes que caçambas são mal estacionadas e que ocasionam acidentes e que geram problemas, inclusive, no sistema viário de Porto Alegre – tenham ali identificado quando ela foi estacionada e quando terá que ser retirada. Mas eu quero dizer o seguinte, esse é um dos problemas, mas o problema, Ver.^a Lourdes, não é só esse, o problema é que todo esse material, na sua grande maioria, é inerte, oriundo da construção civil, de reformas, de limpeza de pátios e tem que ser dado um destino. Porto Alegre ainda não tem um destino correto para essas questões. E aí, Ver. Tarciso, esse material pode ser cem por cento reaproveitado. Bom, há cidades, como Ribeirão Preto, que têm usinas que recebem toda essa caliça, fazem a moagem e esta é destinada novamente à construção civil. Só que, em Porto Alegre, o próprio DEMHAB tem um conjunto de projetos para a habitação de interesse social e há as entidades que têm que fazer projetos. Bom, essas entidades têm que comprar saibro, comprar aterros ou comprar areia para fazer os seus aterros, fazer a estruturação dos terrenos. Por que não destinar esse material todo, que vai ter uma proteção ambiental, que não precisa retirar areia, Ver.^a Sofia? Esse material tem que ter um destino, porque nós encontramos... Eu gostaria que os colegas Vereadores observassem nas caçambas, eles misturam os produtos ali. Há caçambas que são de reforma e colocam lâmpadas fluorescentes que possuem produtos químicos que contaminam o ambiente. Colocam isso junto, as lâmpadas quebram e aquele vidro moído ocasiona um problema irreversível ao meio ambiente, bem como outros produtos, como o gesso. O gesso, no momento em que entra em contato com a água, gera um ácido, e esse ácido destrói a flora, a fauna, as águas e assim por diante. Então, eu venho aqui agradecer novamente à Ver.^a Jussara Cony, que cedeu o tempo de oposição. Votaremos favoravelmente ao projeto do Ver. Márcio Bins Ely.

Mas eu não poderia deixar de vir aqui e dizer que o Executivo Municipal está devendo esta agenda de gestão dos resíduos sólidos das calças em Porto Alegre. E qual é a diretriz que temos que construir juntos? É reaproveitar isso, cem por cento, na própria construção civil.

E, por último, eu queria dizer o seguinte: aprovamos o projeto aqui das carroças já há algum tempo e os galpões não conseguiram, até agora, receber os benefícios da Cidade. Tem o Fórum dos Catadores que é uma parte, mas as cooperativas estão todas fora dessa agenda. O Vice-Prefeito Sebastião Melo, que é o autor da lei, tem que considerar isso e incluir todos os catadores na agenda da reciclagem de Porto Alegre, porque esses catadores têm o Movimento Nacional dos Catadores, tem o fórum, tem as cooperativas e o recurso público tem que ser para cem por cento deles. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 059/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero também, Presidente, relatar uma situação que ocorreu na avenida da Vila Dique, quando a nossa Comissão fez uma visita, em 2013, diante das pessoas que seguem lutando pelo direito à moradia – mais de 300 famílias seguem sem nenhuma perspectiva de moradia por parte do DEMHAB. Nós fizemos uma visita para os remanescentes na avenida – inclusive, nessa visita da Comissão de Direitos Humanos, em 2013, o DMLU nos acompanhou – e estavam depositados muitos entulhos irregulares. Muitos dos resíduos encontrados eram de restaurantes e outros locais que contratam empresas para a sua retirada. Esses resíduos estavam sendo descartados de maneira errada, de maneira criminosa, comprometendo a população, o meio ambiente e a saúde de todos os que moram naquela região. Infelizmente, esse descarte não ocorre apenas nessa avenida que nós visitamos. Quando nós estivemos, também, na Restinga, mais uma vez, numa rua de pouca circulação, tinha lixo descartado de maneira irregular.

Então eu acho que esse debate dos resíduos é muito importante, por vários matizes. Primeiro, a necessidade de estruturar e garantir mais recursos para os nossos galpões de reciclagem na cidade de Porto Alegre. São 18 galpões de reciclagem de trabalhadores e

trabalhadoras que realizam um trabalho fundamental para o meio ambiente e que não recebem sequer os equipamentos de proteção individual. Conheço muitos desses galpões. Nós, durante muito tempo, lutamos para que aumentassem os recursos para a manutenção desses galpões de reciclagem, mas outros problemas seguem, em relação à questão do tratamento do lixo e da garantia de direitos para os trabalhadores e de mais direitos para as associações.

Segundo, o tema da terceirização do lixo. Nós temos cinco empresas na cidade de Porto Alegre, cada empresa fazendo algum dos tipos de coleta. Não existe um planejamento concreto; são milhões e milhões de recursos públicos pagos para a terceirização, quando, na verdade, muitos trabalhadores do DMLU pedem para que haja investimentos no Departamento para que eles possam realizar atividades na questão da coleta seletiva do nosso lixo. Em segundo lugar, uma série de associações cooperativas poderiam ser parte dessas políticas públicas estruturantes de questão dos resíduos sólidos. Um terceiro problema, também, é a questão dessa privatização que faz com que a maior parte do tratamento, hoje, seja terceirizado. Quando se votou o plano municipal, tínhamos uma emenda que previa a reversão desse quadro para a valorização do DMLU e uma lógica de que os recursos oriundos das multas servissem para investimentos no nosso órgão público, garantindo assim o fortalecimento de um Departamento tão estratégico para o Município e que, ao mesmo tempo, vem sendo sucateado pelos governos e por este Governo. Então, o debate é bastante amplo, muito embora seja muito interessante a iniciativa de ter um adesivo com a previsão do tempo em que as caçambas ficarão ali, o tipo de coleta, etc., mas há temas estruturantes que precisam ser discutidos. Um deles, que me chama muito a atenção, é a política de educação ambiental. O DMLU já teve, junto com a SMAM e a SMED, políticas transversais de educação ambiental, explicando como se dá a separação do lixo, fazendo com que diminua o rejeito – aquele lixo que não pode ser aproveitado –, e que diminua a quantidade de lixo orgânico dentro do lixo seco, que faz com que muitos dos resíduos não possam ser reaproveitados nessa cadeia, que seriam reaproveitados para garantir a saúde do meio ambiente, para garantir a reciclagem como instrumento fundamental na política ambiental e na política de resíduos sólidos do Município de Porto Alegre. Essa política foi exterminada pelo Governo e nunca mais foi resgatada. Acho que esse é outro tema estruturante que precisa ser discutido pela Câmara de Vereadores e pela cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Vereadora. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, o PLL nº 059/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 17 votos **SIM**. Não há quórum.

(16h33min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; hoje, como estabelece a regra orgânica e o Regimento da Casa, se inicia um período importante para a vida da Cidade, que é a discussão preliminar da lei que orienta a elaboração legislativa. Obviamente que todos nós temos bem consciência do que representa para a Casa e para a cidade de Porto Alegre a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma exigência de ordem constitucional, mercê, inclusive, de um ajuste na legislação brasileira que ocorreu alguns anos atrás na busca de se estabelecer uma harmonia nos procedimentos legislativos de tal sorte a dar eficácia, organização e transparência às normas legais que presidem as elaborações orçamentárias. É nesse sentido que o Prefeito José Fortunati encaminhou à Casa, no prazo legal, o projeto de lei que ora se discute, o qual é enviado com uma curta Exposição de Motivos, que, por sua relevância, é de ser lida nesta ocasião em que se inaugura, Ver. Cecchim, o debate legislativo. Diz o Sr. Prefeito: “Tenho a honra de submeter à apreciação dessa colenda Câmara o projeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2016. Tal projeto foi elaborado em consonância com as prioridades do Orçamento Participativo – OP, com o Plano Plurianual para o quadriênio de 2014 a 2017, e com a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Sobressaem no projeto ações voltadas ao equilíbrio das contas públicas, com destaque para os demonstrativos das Metas Fiscais – resultado nominal, resultado primário, montante da dívida pública – e de Riscos

pág. 31

Fiscais. Além disso, constam demonstrativos das Metas e Prioridades do Executivo e do Legislativo Municipais. São estas, Senhor Presidente, as considerações que faço, ao mesmo tempo em que submeto o Projeto de Lei à apreciação dessa Casa, aguardando breve tramitação legislativa e a necessária aprovação da matéria.”

Esta é, singelamente, a apresentação deste documento relevante e importante, que procura, Sr. Presidente, desde logo, enfatizar as metas e prioridades do Executivo e do próprio Legislativo Municipal para este ano. E, aí, desde logo, no seu art. 2º, estabelece, Sr. Presidente, que a habitação será a prioridade maior do Município, Ver. Cassio, no ano de 2016; que a assistência social, Ver. Kevin, será sabidamente a segunda grande prioridade; que a cultura será a terceira meta e diretriz a ser priorizada pelo Governo; finalmente, a saúde, em quarto lugar, terá sua repercussão devidamente assegurada. Por aí segue, Sr. Presidente, não sendo desconhecidos o saneamento básico, a educação, a pavimentação, o desenvolvimento econômico... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Concluo enfatizando que, além do que eu havia citado, também serão considerados o esporte e lazer, a juventude, o trabalho e a renda e o saneamento básico urbano, especialmente daquela área dominada pelo DMAE, que é uma área muito bem atendida por essa autarquia do Município.

Por evidente, Sr. Presidente, tratando-se de um documento extenso, e ele haverá de ser objeto de profundas análises da Casa, de grandes debates, enormes discussões, e, sobretudo, de colocações pertinentes que, eventualmente, sua elaboração venha ensejar como decorrência da ação legislativa consubstanciada nas emendas parlamentares que podem e devem ocorrer nesta Casa.

Era isso, Sr. Presidente, que nós consideramos no primeiro e grande debate a respeito da LDO, que haverá de ser seguido por outros tantos, porque essa é, indiscutivelmente, uma das mais relevantes tarefas do Legislativo, organizar o debate orçamentário de forma a adequá-lo à lei vigente, quer a municipal como a federal, e, sobretudo, respeitar as prioridades que, no caso de Porto Alegre, são ditadas pelo Orçamento Participativo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. Acho que é importante fazermos essa discussão preliminar de Pauta, porque chama a atenção para a sociedade que essa é a legislação que antecede a vinda da lei do orçamento. São diretrizes que dizem a orientação que o Governo terá, ou os parâmetros que orientam o orçamento de 2016. A habitação está em primeiro lugar; a assistência social, em segundo; cultura, em terceiro; saúde, em quarto; e saneamento básico, em quinto. Sei que isso é uma leitura das votações do Orçamento Participativo, apesar de que a última reunião foi agora nesse sábado, e a LDO entrou antes disso. Eu não sei se essa prioridade foi uma prioridade aferida antes do final do Orçamento Participativo, mas espero que ela represente o que a Cidade vem manifestando. Agrada-me muito saber que a cultura está em terceiro – a assistência e a cultura. A cultura que nós votamos – Plano Municipal de Cultura – e determinamos o progressivo aumento de percentual de investimentos na cultura, que manifesta uma pujança sem igual. Nós vimos nesta sexta-feira um cortejo maravilhoso, que reuniu mais de mil pessoas de diferentes grupos culturais, artistas, ativadores culturais, produtores culturais, fruidores de cultura, bem como seus admiradores ou investidores. Cultura, que ao mesmo tempo está viva e forte nas manifestações de rua, que não aceita burocratização e repressão, também lamenta que nós temos vários espaços culturais fechados, sem perspectiva de abertura, como o Teatro de Câmara Túlio Piva, conhecido por todos nós, na República, fechado há quase um ano, sem ter sequer um projeto de reforma realizado, quem dirá licitação e obra, para recuperação de um teatro que é patrimônio desta Cidade, essencial para a nossa atividade artística se manifestar. Então, a Cultura em terceiro lugar significa, eu tenho certeza, um salto, mas me surpreende a educação no sexto lugar. Por que me surpreende? Porque a cidade de Porto Alegre no ano que vem... Eu espero que isso esteja nas diretrizes orçamentárias que recebemos agora; não pude ler no detalhe, mas há uma legislação que determina, a partir de 2016, que todas as crianças de quatro a cinco anos deverão frequentar a escola. A cidade Porto Alegre, segundo o Tribunal de Contas, precisa se preparar para ter em torno de 8 mil vagas.

Pelas projeções que a Secretaria Municipal de Educação vem fazendo, pela dificuldade da construção das escolas infantis – não por problemas do Governo Federal, mas por problemas de projeto, de terrenos, por inúmeros problemas e dificuldades que o Município tem de implementar –, ainda não há uma perspectiva de construção do regime de colaboração entre o Estado e o Município. Aqui eu quero afirmar, Vereadores e Vereadoras, que as escolas estaduais do grande centro da Cidade de Porto Alegre têm muitas salas vazias. Nós podemos, sim, através do Município, colocar professores de Educação Infantil, atender as crianças de quatro a cinco anos, receber os recursos relativos ao número de alunos que ali serão atendidos. Então, esse regime de parceria, de colaboração com o Estado é fundamental. Eu espero que esteja previsto na lei orçamentária, estando Porto Alegre com a educação em sexto lugar, talvez tenhamos dificuldades, mas essa é uma legislação imperiosa. E a Educação Infantil é responsabilidade exclusiva do Município. Ver. Paulo Brum, nós vamos trabalhar isso desde a LDO. Ver. Reginaldo Pujol, estou sugerindo essa pauta a V. Exa., à nossa valorosa Comissão e que ela procure, este ano, antecipar o atendimento de mais de 8 mil crianças de quatro a cinco anos no ano de 2016. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores eu tenho dito, ao longo dos anos, que considero este momento – quando discutimos a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento municipal – um dos momentos mais importantes do Legislativo, porque, na aprovação de um projeto de diretrizes para o Município de Porto Alegre, e, mesmo do orçamento a ser aplicado, é um momento em que nós Vereadores, temos que debater o Orçamento que aprovamos do ano anterior, verificar a sua realização, verificar e fiscalizar a boa ou não aplicação dos recursos e discutir os projetos futuros.

Eu me pauto no princípio, Ver.^a Sofia Cavedon, dando continuidade a sua fala, que sempre, quando vem um Orçamento, a imprensa – eu falo dos principais jornais do Rio Grande do Sul – estampa uma manchete imensa, Ver. João Bosco Vaz: R\$ 6 bilhões é o

Orçamento do Município de Porto Alegre, mas nunca estampa no ano posterior qual foi a realização deste Orçamento. E aí eu quero fazer um registro, Ver.^a Fernanda: em relação ao Orçamento que aprovamos aqui, a média de aplicação dos investimentos nos últimos dez anos é de 38%.

Vejo aqui alguns representantes do Orçamento Participativo. Por que as demandas do OP estão encalhadas por um, dois, três, quatro anos e não são atendidas? Este ano está colocada como prioridade número um a questão da habitação. Bom, eu me lembro que em 2006, na gestão do Prefeito Fogaça, num debate na CUTTAB, foi dito em alto e bom som que o projeto habitacional da Av. Edgar Pires de Castro, um remanejamento dos moradores da Atilio Superti, seria inaugurado em dezembro de 2006. Ver. Cecchim, estamos quase em setembro de 2015; as casas ainda não foram construídas, e as famílias continuam aguardando há dez anos. Bem, aí fica difícil analisarmos um projeto.

Então, eu gostaria de dizer prioritariamente que o Orçamento está bem – o papel aceita os números –, mas o grande problema que nós temos hoje no Município é uma ineficiência na gestão pública, um desencontro entre as Secretarias, uma dificuldade imensa na aprovação de projetos. Para executar um projeto de loteamento em Porto Alegre, Prof. Alex, são quatro ou cinco anos. Bom, então, fica difícil aprovarmos o Orçamento e não podermos fazer a análise do Orçamento passado.

Aprovamos no Plano Diretor, prezado Cecchim, em 2010, na sua reformulação, um conjunto infinito de itens. Acabei de apresentar na Comissão que trata da Zona Rural, presidida pelo Ver. Cassio Trogildo e o relatório. Bom, lá está o Corredor de Desenvolvimento Agropecuário, para o qual deveria ter sido feito o projeto e a sua regulamentação. Não foi feito. Nós aprovamos, aqui, que para as comunidades do Lageado, da Boa Vista, da Extrema, entre outras, a SMURB teria que ter feito a sua regulamentação, a demarcação do território; e até hoje não fez.

Então, nós queremos debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas queremos analisar tudo aquilo que foi ou não foi feito no Município de Porto Alegre. Dissemos que a gestão, Sr. Presidente, está deixando muito a desejar. É uma gestão descontraída e ineficiente nos seus resultados do que nós aprovamos aqui como projeto de cidade. Gostaríamos que a imprensa também publicasse na capa dos jornais do próximo ano: “No ano passado divulgamos que o Orçamento do Município seria de R\$ 6 bilhões, só foi realizado 38%.”
Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Encerrada a discussão da 1ª Sessão da Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a relevância da Pauta Especial, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não pode, de maneira alguma, tornar nula a relevância que a nossa pauta normal tem, que cuida do nosso dia a dia, e que no caso, inclusive, Ver. Casartelli, inclui no primeiro dia de discussão preliminar o projeto que obriga os mercados, os supermercados, os hipermercados e os estabelecimentos congêneres cuja área seja superior a 500 metros quadrados ou que possuam mais de três caixas registradoras a acomodar, em espaço único e de destaque – gôndola ou prateleira –, os produtos alimentícios elaborados sem a adição de glúten ou lactose e dá outras providências. Esse projeto é importantíssimo e, certamente, vai gerar grande discussão. Eu, antecipadamente, já estou avisando que sobre ele irei me debruçar fortemente.

De outra banda, ao lado de homenagens que se pretende fazer, especialmente a concessão da Comenda Porto do Sol à Rádio e TV Portovisão Ltda. – TV Bandeirantes Rádio Bandeirantes AM Rádio Ipanema, que é projeto de Resolução da Ver.^a Mônica Leal.

Nós temos também aqui um projeto do Executivo, que altera os incisos I a IV do parágrafo único do art. 49 da Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014, – que institui o Código Municipal de Limpeza Urbana, revoga as Leis Complementares nºs 234, de 10 de outubro de 1990; 274, de 25 de março de 1992; 376, de 3 de junho de 1996; 377, de 3 de junho de 1996; 591, de 23 de abril de 2008; e 602, de 24 de novembro de 2008; e dá outras providências. Ora, Sr. Presidente, nós sabemos que quando se votou aqui o

Código Municipal de Limpeza Urbana, nós revogamos, Ver. Cecchim, vários dispositivos de lei.

Hoje eu tive que ouvir amargurado uma crítica da Ver.^a Sofia Cavedon aos contêineres estabelecidos em Porto Alegre. Grande amargura minha, porque, infelizmente, eu não posso contrariar a Ver.^a Sofia Cavedon, que é uma crítica mordaz ao Governo e que, no particular, tem grandes elementos sobre os quais ela tem que se manifestar. Quando nós fizemos aqui a elaboração do Código Municipal de Limpeza Urbana, era muito grande. Eu, inclusive, questioneei as multas e tive que me calar porque a Casa toda entendia que as multas deveriam ser severas para, através de uma ação dura de fiscalização, nós criarmos uma cultura nova na cidade de Porto Alegre capaz de o povo, conscientemente, contribuir com a limpeza urbana de Porto Alegre. Os contêineres eram um dos elementos que surgiriam como consequência desse esforço legislativo que a Câmara consagrou, aprovando o Código de Limpeza Urbana. Infelizmente, a informação que eu tenho dos esforçados e responsáveis dirigentes do DMLU de que é impossível, sem fiscalização, se evitar essa desagradável situação que ocorre fortemente no perímetro central de Porto Alegre, especialmente, repito, pela ação dos catadores que simplesmente mergulham dentro dos contêineres na busca do plástico, na busca daquele material passível de ser reciclado e que, evidentemente, ao fazer essa busca, fazem com que resíduos restem próximos dos contêineres e com isso a sensação desagradável do odor, das moscas, enfim, de várias situações que ocorrem.

Por isso, quero avisar, de antemão, que eu vou cuidar bem desse assunto que o DMLU está propondo, já que lá no DMLU tenho grandes amigos, a começar pelo Diretor Adjunto, meu querido e grande amigo Vercidino Albarello; e quero ver se posso contribuir para que ele supere essa dificuldade que hoje, lamentavelmente, o DMLU tem apresentado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna, no período de Pauta, para tratar em especial dum projeto que corre em 1ª

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
081ª Sessão Ordinária 31AGO2015

Sessão, o PLL nº 109/15, de autoria do Ver. Carlos Casartelli, que obriga os mercados, os supermercados, os hipermercados e os estabelecimentos congêneres cuja área seja superior a quinhentos metros quadrados ou que possuam mais de três caixas registradoras a acomodar, em espaço único e de destaque – gôndola ou prateleira –, os produtos alimentícios elaborados sem a adição de glúten ou lactose e dá outras providências. Eu queria saudar aqui a iniciativa do Ver. Casartelli – ele que é médico, foi Secretário da Saúde – ao propor este projeto que, num primeiro momento, pode parecer somente uma questão facilitadora para aqueles que procuram esses produtos isentos de glúten e lactose nos supermercados, mas, na verdade, não se trata disso, como o próprio Vereador diz na sua Exposição de Motivos. Ali, ele também conceitua a questão da doença celíaca, que é autoimune e que afeta o intestino delgado, e depois ele complementa que o glúten é uma proteína que, se manuseada ou mesmo acondicionada junto com os produtos que contêm glúten, aqueles isentos de glúten podem ser contaminados. E eu uso o termo “contaminados”, pois, para quem tem doença celíaca, é exatamente esse o termo. Então, Ver. Casartelli, quero saudar sua iniciativa.

Hoje, é o Dia da Nutricionista, essa profissão congênera à Medicina, que atua na área da Saúde, exatamente regulando e ajudando as pessoas que têm essa anomalia, pois, no Dia da Nutricionista, corre a 1ª Sessão de Pauta deste projeto. E no dia 3, na próxima quinta-feira, estará aqui o Conselho Regional de Nutrição, fazendo uma Tribuna Popular, ocasião em que falarão da sua profissão, e, com certeza, Ver. Casartelli, o tema do seu projeto também será abordado na próxima quinta-feira. Eu tenho uma nutricionista em casa, sou casado com uma nutricionista, Viviane Braz, que tem cuidado muito de mim, especialmente agora, Ver. João Bosco, que descobri que sou celíaco, um celíaco assintomático, eu não tenho os sintomas da doença celíaca, mas está diagnosticada, e eu disse ao Ver. Casartelli que ele propôs o projeto antes de eu saber disso, senão estaria legislando a favor de todos os celíacos, e inclusive a meu favor, mas, logicamente, quando ele propôs o projeto, nem sabia. Então é objeto de uma saudação maior, porque realmente, eu ouvia falar da doença celíaca e sabia que era uma intolerância ao glúten, e quando acaba acontecendo com a gente o diagnóstico, a gente vai atrás e vê o quanto, para quem tem a doença, é importante essa separação. Só para ter uma ideia, não é possível nem a industrialização no mesmo setor, tem que ser setores completamente separados, a manipulação nos próprios restaurantes têm que ser em ambientes

separados, porque os níveis de contaminação – e é esse o termo mesmo – para quem tem um grau mais avançado da doença é bastante grave. Parabéns, Ver. Casartelli, o senhor que é um profissional da área vem trazer a esta Casa, e eu tenho certeza absoluta de que seu projeto vai tramitar aqui na Pauta, pelas Comissões, e que será aprovado nesta Casa como um daqueles projetos que realmente tem muita eficiência e eficácia e efetividade na vida das pessoas. Mais uma vez, parabéns, um grande abraço e sucesso na tramitação deste projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Nós apresentamos um projeto aqui, em 13 de maio, considerando o grande alarde em manter cães em casinhas nas praças e locais públicos, o que está sendo desenvolvido numa cidade do interior, que tem outra cultura, que tem um espaço menor que na Capital e cujo movimento de trânsito é bem menor. Preocupada com o chamado cão comunitário, que isso venha aumentar e até facilitar que as pessoas, em vez de manter os animais dentro dos seus jardins e pátios, coloquem casinhas na rua e os animais fiquem lá, porque muitas pessoas alegam que têm que fazer a limpeza. Mas a minha preocupação com os tais cães comunitários alojados na rua, não aqueles que estão há mais tempo, mas uma nova cultura, que pode ser adquirida, é justamente com as consequências. Por quê? Nós poderemos ter cães dóceis, também cães que se tornam agressivos, com o cuidado com a saúde e bem-estar do animal, porque cada um tem o seu gosto, uns gostam de animais, outros não. Então, eu vejo que está sendo muito divulgado para colocar animais comunitários. Bem, os comunitários, que a gente se refere são em número limitado por bairro, que já existem hoje, mas não incentivar, alardear como isso fosse uma solução. Eu interpreto da seguinte forma: se já há decisão de que é dever da União, dos Estados e dos Municípios proteger a fauna, conforme art. 23 da Carta Política, isso não se aplicaria aos animais domésticos, isso é o que diz. Mas a gente sabe que a Constituição Estadual diz que é competência dos Municípios, e também na Constituição Federal, ressalvado seu artigo, exercer o poder de polícia administrativa nas matérias de interesse local, entre outros assuntos. Então, nós já temos decisão de que

pág. 39

realmente são os Municípios. E o que está acontecendo? Devido à superpopulação, às vezes, sem saída de encaminhar para a adoção, de repente, isso vai ser uma forma de o Poder Público encaminhar essa nova situação, não só para os cães existentes. Mas incentivar que se encha a Cidade de casinhas. Eu acho que na Capital não cabe, mesmo porque existem várias outras consequências. O que tem que se fazer, o que nós já havíamos falado, são o controle e a identificação desses animais, bem como dos seus tutores. E seguir o que determina a Organização Mundial da Saúde, que 75% das patógenos humanas são os zoonóticos; das doenças emergentes e reemergentes no mundo são de origem animal, são as chamadas zoonoses. Isso já são estudos prolongados. Então, se deixar o animal na rua, mais difícil será a sua captura para tratamento. Não dá para se comparar com tanta facilidade o que acontece numa cidade de Interior com a Capital. E também essa prioridade de programas educativos aos tutores para assumirem os seus deveres, para demonstrar as consequências, as multas que hoje estão previstas, altas multas no Município, para serem implementadas, transferidas ao Fundo Municipal dos Direitos dos Animais, devem-se arrumar formas de comprovar e cobrar de quem está encaminhando para a proteção animal cuidar e também para o Município. E nós também temos a Lei Estadual nº 13.193, que dispõe sobre este controle reprodutivo e que é muito importante ser seguido.

Então, nós apresentamos um projeto, em maio de 2015, que é para definir o animal comunitário e determinar a realização de procedimentos relativos pelo órgão municipal competente. O que se quer? Não se quer encaminhar as responsabilidades para a população, mas ela deverá contribuir, colaborar, não abandonar e manter os seus animais dentro do seu pátio, porque evitará muitas situações como mordeduras, como acidentes – um animal acidentado, o custo é elevado para se recuperar, para se atender em clínicas veterinárias. Então, desejamos que esse nosso projeto venha a enquadrar o que é o cão comunitário – não incentivar que nós aumentemos essa população nas ruas. Já temos muitos animais nas ruas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Srs. Vereadores que ainda permanecem aqui, colegas amigos, colegas funcionários desta Casa, senhores e senhoras que nos ouvem, serei breve aqui na avaliação de alguns projetos que são a nossa Pauta, até porque hoje estou com um problema de garganta e estou sem voz. Nós temos aqui o projeto do Ver. Casartelli, o PLL nº 109/15, que obriga os mercados, os supermercados, os hipermercados e os estabelecimentos congêneres cuja área seja superior a 500 metros quadrados ou que possuam mais de 3 caixas registradoras a acomodar, em espaço único e de destaque – gôndola ou prateleira –, os produtos alimentícios elaborados sem a adição de glúten ou lactose e dá outras providências. Essa é uma necessidade, senhores, sobre a qual, hoje, nós estávamos falando.

Eu vim a esta tribuna porque tenho um projeto bem parecido – estava na pauta, hoje, para ser votado –, que estabelece, também, em mercados com mais de três caixas... E esses mercados não são aqueles mercadinhos dos bairros, das vilas, das periferias, que são pequenos, que não têm espaço próprio, dificultando até para o proprietário, em que o caixa é o próprio dono, muitas vezes.

Nós temos um projeto parecido que trata de produtos para diabéticos. Essa é uma necessidade, senhores, que vemos quando temos contato com pessoas que sofrem desse mesmo problema. Também tem um projeto o Ver. Carlos Casartelli, que é um médico, um grande profissional. Então eu gostaria que os dois projetos aqui passassem, porque só quem conhece pessoas que sofrem desses problemas sabem da dificuldade que se tem.

Eu, quando trabalhava no Interior da Cidade, tinha um amigo, que até já faleceu, que, depois que veio trabalhar aqui em Porto Alegre, muitas vezes, voltava para comprar certos alimentos no seu mercadinho da cidade, porque lá tinha, por questões de sensibilidade do proprietário, um espaço reservado para aquelas pessoas que sofriam de diabetes. Para ele era muito mais fácil, porque mesmo em mercados grandes não se estabelecia essa diferenciação.

Peço que os nobres colegas tenham essa mesma sensibilidade do médico aqui da nossa Casa, o Ver. Carlos Casartelli, e que aprovelem esses dois projetos, o de minha autoria e o de autoria do meu amigo Casartelli. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Vereador.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h15min.)